

ACTA DA REUNIÃO 03 DO

CONSELHO MUNICIPAL PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

29 DE ABRIL DE 2010 | 09.30H | AUDITÓRIO DO COMPLEXO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL DA QUINTA DA GRUTA

PRESENTES

Membros do Conselho
Maria João Pedrosa – Câmara Municipal da Maia – Divisão do Ambiente
Marta Moreira – Câmara Municipal da Maia – Divisão de Planeamento Territorial, Urbanístico e Projectos
José Maia Marques – Câmara Municipal da Maia – Departamento da Cultura e Turismo
Francisco Lemos – Câmara Municipal da Maia – Departamento de Educação, Acção Social e Juventude
Carlos Mendes – Maiambiente, Empresa Municipal do Ambiente, E.E.M.
Luísa Couto – Fábrica de Tintas 2000
Ricardo Marques – Quercus, núcleo regional do Porto
António Lopes – Protecção Civil da Maia
Mário Ramos – Junta de Freguesia da Maia
Observadores
Luísa Guimarães – Câmara Municipal da Maia – Divisão da Acção Social e Habitação Social
Mário Figueiredo – Santa Casa da Misericórdia da Maia
Helena Ribeiro - Santa Casa da Misericórdia da Maia
Marta Relvas – Cruz Vermelha Portuguesa
Membros do Grupo Coordenador
Helena Lopes – Grupo Coordenador maia21
Susana Pinho – Grupo Coordenador maia21
Nuno Gusmão – Grupo Coordenador maia21

ABERTURA DA REUNIÃO

A abertura da reunião foi efectuada por Helena Lopes, Directora do Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial, que começou por cumprimentar todos os presentes e agradecer a sua vinda, alertando que os atrasos verificados prejudicam o desenrolar da reunião, tendo pedido um esforço para que nas próximas reuniões do Conselho, os Membros tentem estar presentes no horário definido. Nesta intervenção inicial foi feita uma apresentação sucinta da Ordem de Assuntos da Reunião 3 do CMDS:

ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

Foi explicado que a implementação de um Orçamento Participativo no Concelho deriva de uma das principais expectativas dos cidadãos em matéria de sustentabilidade e um dos temas principais do Workshop Participativo "*Pensar a Maia*", onde foram recolhidos os contributos dos vários segmentos da sociedade maiata para a definição das áreas prioritárias que visam o Desenvolvimento Sustentável do Município.

De modo a promover-se a implementação desta experiência de participação cidadã na definição orçamental da autarquia, foi criado um pequeno grupo de trabalho composto pela Directora do Departamento de Ambiente e Planeamento Territorial, Helena Lopes, pela Directora do Departamento de Finanças e Património, Alexandra Carvalho, pelo Director do Departamento de Cultura e Turismo, José Maia Marques e por um elemento do Grupo Coordenador do **maia21**, Susana Pinho.

Foi levada a cabo, por este grupo de trabalho, uma pesquisa intensiva sobre a implementação de processos de orçamentos participativos, concluindo-se que em Portugal existem já cerca de 20 experiências em que o orçamento participativo foi implementado eficazmente, sendo o caso de S. Brás de Alportel, o mais significativo, representando, o valor participado na generalidade dos casos, entre 2 a 10%. Ao nível mundial, a experiência mais expressiva é a de Porto Alegre, no Brasil, na qual já se consegue participar o orçamento em 100%.

Os presentes foram informados que será estruturado um documento explicativo que informará, de uma forma sistemática, a dinâmica do processo de implementação do orçamento participativo, bem como das implicações que lhe são inerentes, de que forma

poderá vincular a autarquia, a definição da verba a participar, de modo a ser submetido à apreciação do Executivo Municipal, para que o Sr. Presidente e os seus congéneres possam decidir acerca do modelo a adoptar.

Informou-se ainda que a intenção é, numa primeira fase, a limitação do orçamento participativo às áreas temáticas de intervenção identificadas como prioritárias pela população no âmbito do processo **maia21**, de modo a explorar o potencial do orçamento participativo para o aprofundamento da democracia ao nível local.

A implementação deste processo, se for viabilizada superiormente, terá início a partir do ano de 2011.

Em relação a este assunto foi ainda sugerido que o Orçamento Participativo seja implementado, de acordo com a definição de uma verba inicial, afectada a cada um dos projectos que se querem ver participados, para que a população possa decidir o que gostaria de ver executado, mediante a importância do projecto, na sua óptica, e a respectiva verba que foi atribuída para a sua execução. No fundo, fez-se uma alerta para que os projectos a levar à discussão pública estejam devidamente orçamentados.¹

CAMPANHA DE SENSIBILIZAÇÃO E INFORMAÇÃO SOBRE O PROCESSO MAIA21

Foi referido que a informação e sensibilização para as questões da sustentabilidade é uma fase transversal a qualquer processo de implementação da Agenda 21 Local, na medida em que é absolutamente necessário um trabalho contínuo de informação da população acerca do processo. Deste modo, e por ser um processo essencialmente participativo, a Agenda 21, carece de uma componente de informação e sensibilização que vá ao encontro de todos os cidadãos, traduzindo-se numa ferramenta viva de desenvolvimento sustentável e participação cívica. Torna-se assim necessário divulgar interna e externamente todo o trabalho desenvolvido neste âmbito.

Assim, foi efectuada uma consulta de mercado, a três empresas especializadas na área, com o objectivo de se adquirir a prestação de serviços para a elaboração de uma Campanha de Sensibilização para o Desenvolvimento Sustentável – Informação e Sensibilização relativa à implementação da Agenda 21 Local da Maia – **maia21**.

¹ Sugestões apresentadas por Nuno Barros, em reunião prévia.

As propostas recepcionadas foram submetidas superiormente, para apreciação e análise, bem como aprovação da adjudicação da proposta que melhor se enquadrará nos objectivos definidos.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS DA REUNIÃO INTERDEPARTEAMENTAL

Foi referido que, na reunião dos dirigentes da autarquia, do passado dia 19 de Fevereiro, que teve como tarefa principal a ponderação técnica das áreas apontadas como prioritárias pela comunidade, para o Desenvolvimento Sustentável do Município, constatou-se que a área da Mobilidade constituiu o tema central das preocupações e anseios dos cidadãos, especialmente no que diz respeito à mobilidade inter Freguesias. Após a discussão do tema, na reunião interdepartamental, foi mencionado que o Plano Municipal de Mobilidade Sustentável (PMMS) deverá encontrar soluções criativas e viáveis de respostas aos problemas identificados, na área da mobilidade.

Os presentes foram ainda informados que há já uma candidatura aprovada pelo QREN relativa ao PMMS e que a Câmara Municipal vai abrir um concurso público para adjudicar, a uma empresa especializada, a elaboração do Plano de Mobilidade e que a intenção é, nessa altura, os Departamentos contribuírem com toda a informação que possuem, para se elaborar o dossier de Mobilidade para esse ano.

Relativamente a este tema, foi também sugerido que na esfera de actuação da Câmara Municipal, na área da mobilidade, se promova vivamente a deslocação a pé e o uso da bicicleta, que poderá ser potenciado, eventualmente pelo Projecto de partilha de bicicletas Municipais. A criação de parcerias com os Centros Comerciais existentes no Município, também poderá constituir uma alternativa, tentando que cubram alguns percursos, disponibilizando o transporte, com a contrapartida do objectivo comercial e à semelhança do que já acontece com o Hipermercado Jumbo. Por outro lado, a promoção da ligação entre a rede do Metro a as zonas habitacionais também será fundamental, podendo inclusive a autarquia disponibilizar algumas bicicletas municipais para o efeito. Finalmente, ainda em relação à mobilidade, foi sugerida a colaboração da Câmara Municipal com as próprias empresas operadoras (Metro, STCP,...) no sentido

de se associar às campanhas de incentivo ao uso dos transportes públicos promovidas por estas empresas.²

Nesta reunião interdepartamental foi ainda enfatizada a questão social, na medida em que face ao panorama de desemprego e das consequências sociais evidentes que este induz na vida da população, foi considerado que seria de todo o interesse introduzir também a questão social nas áreas prioritárias de intervenção do processo **maia21**, tendo ficado decidida uma abordagem da temática, no seio do Conselho, no sentido do seu aprofundamento e também para se averiguar de que forma é que o Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável da Maia poderá contribuir com esforços no sentido de se encontrarem soluções para estas questões, desenhar-se o panorama de enquadramento global do problema, mediante a realidade do Município, e identificar, conjuntamente com os parceiros, onde estão as lacunas e de que forma poderemos contribuir com soluções.

Para tal, foi pedido ao Director do Departamento de Educação, Acção Social e Juventude que apresentasse quais as dinâmicas e intervenções existentes e previstas nesta área, também em parceria com as entidades que intervêm no Município, na área social, para se poder analisar se o trabalho que está a ser desenvolvido é suficiente para fazer face os problemas ou se será necessário aprofundar algum projecto, ou até intervir ou reforçar alguma área menos intervencionada. Desta maneira e após esta análise, já se poderá direccionar com mais conhecimento da realidade, as sugestões a canalizar ao Executivo Municipal relativamente à actuação na área social.

APRESENTAÇÃO DOS PROJECTOS SOCIAIS DO MUNICÍPIO

Foi referido, por Francisco Lemos, Director do Departamento de Educação, Acção Social e Juventude, que apesar do tema do Ambiente ter vindo a ser amplamente discutido no Conselho, não no sentido de natureza, mas no sentido de território, a área social é também muito importante, na medida em que uma sociedade em que não exista igualdade, apoio aos grupos mais vulneráveis e a garantia de apoio às famílias mais carenciadas será sempre uma sociedade injusta e com contradições e, por isso uma

² Sugestões apresentadas por Nuno Barros, em reunião prévia.

sociedade insustentável. A sustentabilidade de uma comunidade, da qual a maia não é excepção, tem que ter sempre em conta a parte social.

Foi também apontado que existem mais de dois milhões de portugueses que estão numa situação de quase pobreza e que se faltarem as participações sociais, este número ascenderá a quase cinco milhões. O esforço do Estado é claramente insuficiente para combater as lacunas sociais. Informou ainda que as autarquias são responsáveis pela acção pública, enquanto que a acção privada é da responsabilidade das instituições sociais. Estas acções são um produto da Rede Social da Maia, que tem por objectivo potenciar a criação de respostas mais adequadas aos problemas sociais do Concelho, rentabilizando os recursos existentes, eliminando sobreposições de intervenção e permitindo um melhor planeamento dos serviços e celeridade dos mesmos.

Efectuada esta breve introdução relativa à área social, passou-se, de imediato à apresentação dos principais projectos de intervenção social do Município:

- GAIL'S – Gabinetes de Atendimento Integrado Local (Anexo 1):

Este projecto foi apresentado por Luísa Guimarães, Chefe da Divisão da Acção Social e Habitação Social, que salientou que os GAIL's foram criados a 28 de Maio de 2007, no âmbito da Rede Social do Concelho, resultando de uma parceria entre a Câmara Municipal da Maia, o Instituto da Segurança Social, as Juntas de Freguesia e outras instituições públicas e privadas sem fins lucrativos, para prestar atendimento, encaminhamento e acompanhamento social às famílias ou indivíduos vulneráveis do ponto de vista social e económico, esclarecendo que o apoio concedido, de um modo geral, incluindo o apoio económico é prestado pela Segurança Social e que o papel da Câmara Municipal é o de canalizar e avaliar os apoios a conceder, traduzindo-se, no fundo num apoio logístico.

Foi referido que existem actualmente seis núcleos de atendimento, após a actual divisão da AVALE (Águas Santas, Gueifães, Pedrouços e Milheiros) em dois núcleos (Águas Santas – Gueifães) e (Milheiros – Pedrouços), que cobrem o Concelho na sua totalidade, sendo um dos únicos Municípios em que esta realidade é verificada.

Foi ainda realçado que a criação destas estruturas de atendimento de proximidade, possibilitou basicamente uma intervenção social mais abrangente e uma maior celeridade no atendimento e intervenção.

Finalmente foi salientado que entre Junho de 2007 e Março de 2010, foi efectuado um total de 14312 atendimentos, sendo que o maior número diz respeito ao GAIL AVALE, com 5011 atendimentos, correspondendo o menor, ao núcleo de Maia Norte, com 1459 atendimentos.

Finalizada a apresentação, foi questionado se existe um perfil definido dos Munícipes que recorrem aos GAIL's, ao que Luísa Guimarães respondeu que este perfil é muito heterogéneo, estando no entanto previsto que se tente efectuar esta caracterização.

Foi ainda questionado se é efectuada uma comparação percentual entre o número de pedidos que são efectuados em cada núcleo de atendimento com o respectivo número de Munícipes que integram o núcleo habitacional, ao que foi respondido que também ainda não é efectuada essa comparação, em termos percentuais.

- *Projecto Inserir – Centro Comunitário de Vermoim (Anexo 2)*

Este projecto foi apresentado por Mário Figueiredo, Animador Cultural, que explicou que o Projecto Inserir é promovido pela Santa Casa da Misericórdia da Maia e financiado pelo Plano Operacional de Respostas Integradas (PORI), estando enquadrado nos princípios, objectivos e medidas preconizadas no Plano Nacional Contra a Droga e as Toxicoddependências e intervém em dois eixos fundamentais: a reinserção e a prevenção. De seguida, Mário Figueiredo detalhou as acções empreendidas no âmbito dos dois eixos de intervenção, os parceiros envolvidos e os excelentes resultados obtidos no âmbito da implementação do projecto.

No final da apresentação, foi explicado aos presentes que existe uma grande necessidade de criação de uma comunidade de inserção, que possibilite o acolhimento dos Munícipes que não têm alojamento, informando que a Segurança Social, instituição a quem cabe esta responsabilidade, despende actualmente de uma verba avultada com o pagamento de pensões para resolver estes casos de desalojamento, verba essa que poderia ser utilizada no investimento desta comunidade de inserção, bem como de uma equipa técnica qualificada. Pensa-se que no próximo ano a Segurança Social faça este investimento tão urgente.

- *Projecto Lidador (Contratos Locais de Desenvolvimento Social) – Projecto de Intervenção Comunitária das Freguesias de Águas Santas e Pedrouços (Anexo 3)*

Este projecto foi apresentado por Helena Ribeiro, da Santa Casa da Misericórdia da Maia (SCMM), que começou por explicar que a entidade promotora do projecto é a Câmara Municipal da Maia, sendo o projecto coordenado localmente pela SCMM e financiado pelo Instituto da Segurança Social.

Foi ainda referido que o Projecto Lidador é um projecto de intervenção comunitária através do qual se pretende promover o desenvolvimento de dois territórios específicos – Freguesias de Águas Santas e Pedrouços, a partir da perspectiva das Competências, dos Territórios, das Pessoas e das Organizações.

Incidindo em quatro eixos fundamentais, o Projecto Lidador assume-se primordialmente como uma ferramenta ao dispor da população local, rentabilizando parcerias e potenciando sinergias locais em prol do desenvolvimento social.

Assim, o apoio ao emprego, formação e qualificação, o apoio às famílias, o reforço da capacitação das colectividades e associações locais e o aumento da qualificação ao nível das tecnologias de informação e comunicação, constituem os eixos centrais dos quais partem dez acções específicas a desenvolver em três anos de execução. Este desafio foi assumido pela SCMM, que conta com o empenho de uma equipa técnica e com o tecido socio-institucional do Concelho. As premissas do projecto são o desenvolvimento e o dinamismo, pretendendo-se promover as boas práticas de desenvolvimento local.

Helena Ribeiro mencionou ainda as parcerias e a articulação institucional do projecto, finalizando com a apresentação dos resultados obtidos em cada um dos eixos de intervenção e os registos de algumas acções, nomeadamente as últimas iniciativas empreendidas.

- *Projecto Despertar (Apoio a toxicodependentes) – Anexo 4*

Este projecto foi apresentado por Marta Relvas, da Cruz Vermelha Portuguesa, entidade promotora do projecto, que explicou que o mesmo está integrado no Projecto de Respostas Integradas (PRI's), tendo sido iniciado em Fevereiro de 2009, com término previsto para Fevereiro de 2011, assumindo como principais objectivos contribuir para a redução de riscos na população consumidora de substâncias psicoactivas e de Álcool, contribuir para a minimização de danos a que esta população consumidora está sujeita e a promoção das Redes Sociais junto da Comunidade Toxicodependente. A área de intervenção do projecto traduz-se nas Freguesias de Maia, Vermoim, Gueifães, Nogueira

e Barca. As acções levadas a cabo no âmbito do projecto consistem em troca e distribuição de material, nomeadamente material de consumo injectado, de higiene, de roupas e alguns alimentos, a aplicação de cuidados de saúde, apoio psicossocial e acções de divulgação e informação. Marta Relvas finalizou dando um parecer sobre o sucesso do projecto e a apresentação das respectivas parcerias.

DISCUSSÃO DOS CONSTRANGIMENTOS E PORTUNIDADES RELATIVOS À ÁREA SOCIAL

- A)** Foi reforçada a importância da Rede Social na questão da gestão dos recursos humanos e físicos afectos à implementação dos projectos sociais, conferindo-lhe uma gestão mais eficaz e mais racional. Foi ainda salientado que esta plataforma tem por objectivo elaborar o diagnóstico social do Município, que por sua vez consiste num instrumento de trabalho na luta contra a pobreza e exclusão social, constituindo um olhar sobre a realidade do Município que apresenta vulnerabilidades e potencialidades de desenvolvimento.
- B)** Foi comentado que as situações de risco, na área social, também deverão ser mitigadas, com base na prevenção, e não só no apoio que é dado a posteriori. Como exemplo do referido, foi apontado o caso do projecto das Hortas de Subsistência, através do qual se pretende promover a qualidade de vida da população maiata, bem como prevenir na produção de resíduos orgânicos e promover as boas práticas agrícolas, aliadas à subsistência e à responsabilidade social. Através da articulação e disponibilidade de várias entidades, viabilizou-se uma estratégia comum para a produção e comercialização de produtos biológicos num comércio local, comercializados pelas próprias famílias que cuidam das hortas, contribuindo para a auto-sustentabilidade destas famílias carenciadas. Estas e outras iniciativas deverão servir de "âncora" da própria comunidade com o local em que habitam, para evitar a perda de identidade e integração, tão comum nas cidades actuais e recuperar a ligação ao meio em que os cidadãos habitam. Foi ainda comentado que no Município da Maia habitam muitas pessoas que não são originariamente do Município, mas que se está a tentar efectuar um trabalho de identificação pessoal e cultural dos cidadãos com o local em que habitam, para se tentar criar laços de vizinhança.

- C)** A situação de enorme dependência de subsídios registada em Portugal e que acaba por se verificar, também no Município, também foi salientada, originando, por sua vez, maus hábitos na própria população.
- D)** Mediante as observações efectuadas e o próprio panorama actual de grave crise económica, foi pedido ao Director do Departamento da Educação, Acção Social e Juventude que perante os projectos e iniciativas em curso, na área social, que vão já ao encontro de diversas necessidades detectadas, que apresentasse as falhas que ainda persistem ou as áreas que necessitam de uma abordagem mais aprofundada.
- E)** Foi respondido que o Diagnóstico Social, definido para este ano, está a ser finalizado, traduzindo-se num documento onde já se efectua este trabalho de identificação dos problemas sociais do Município e a respectiva interpretação das suas causas, analisando ainda as potencialidades e recursos do meio de intervenção, resultando da participação e do envolvimento de todos os parceiros. Este documento culminará, por sua vez na elaboração do Plano de Desenvolvimento Social, assente na definição de prioridades e estratégias, de modo a contribuir para a atenuação e erradicação da pobreza e da exclusão social e, ao mesmo tempo, para a melhoria da qualidade de vida de todos os residentes no Concelho. No fundo, é um plano orientador que permite aos parceiros com responsabilidade social canalizar os seus investimentos para projectos que se traduzam em ganhos para a comunidade. Foi ainda referido que as necessidades são sentidas mais ao nível da população idosa e da falta de equipamentos de alojamento e convívio. Foi sublinhado que a Câmara Municipal tem que assumir a responsabilidade de construir equipamentos sociais, dirigidos a vários escalões etários, mediante as necessidades identificadas e tentar encontrar parceiros para se efectuar a gestão desses equipamentos.
- F)** Finalmente foi referido que ao nível do Plano Director Municipal (PDM), foram identificadas, nas cartas de programação de equipamentos, estas necessidades

e pela obrigatoriedade da monitorização da execução do PDM concluiu-se que será fundamental que o Executivo Municipal reflecta profundamente nesta necessidade manifestada e, conseqüentemente em investir na construção destes equipamentos sociais, na medida em que este investimento tem sido nulo, até à data, talvez por não existir praticamente nenhuma atribuição de competências, nesta área, à Câmara Municipal, ao contrário do que acontece no caso dos equipamentos escolares, em que existe esta atribuição e candidaturas aprovadas no âmbito do QREN. Neste sentido, o que se verifica é que a Câmara Municipal não intervém directamente neste investimento, limitando-se a colaborar em alguns projectos, liderados por outras instituições, ou até cedendo alguns terrenos, mas nunca investindo directamente na criação destes equipamentos sociais. Caberá então ao Executivo Municipal decidir se pretende continuar com esta situação ou avançar com estes investimentos fulcrais ao bom desenvolvimento social do Município.

PRÓXIMOS PASSOS

Relativamente às próximas acções a empreender após a reunião 3 do Conselho, sugeriram-se as seguintes:

- 1 – Reportar ao Executivo Municipal, ainda que informalmente, os resultados da reunião.
- 2 – Trabalhar as temáticas identificadas e abordadas, de modo a inseri-las no Diagnóstico e respectivo Plano de Acção a ser elaborado, no âmbito do processo **maia21**. Para tal, deverão criar-se grupos de trabalho, para cada uma das áreas identificadas, que, em alguns casos, já funcionam informalmente.
- 3 – Aferir a possibilidade de se dar continuidade aos projectos delineados no âmbito do processo, nomeadamente a implementação de um Orçamento Participativo no Município e da Campanha de Informação e Sensibilização da população.

Neste âmbito, foi também sugerida a criação de indicadores de sustentabilidade, de modo a serem associados ao diagnóstico selectivo a elaborar, para se conseguir uma boa monitorização e avaliação do processo.

Foi finalmente sugerido que sejam criados grupos de trabalho nas diversas áreas identificadas como prioritárias pela população (área social, Mobilidade, Educação para o Desenvolvimento Sustentável e Orçamento Participativo), criando-se uma *task force* para cada um deles. Paralelamente a esta segmentação, seriam realizadas, talvez com uma periodicidade anual, reuniões com os dirigentes dos Departamentos, de modo a conseguir-se um acompanhamento com um carácter mais técnico do processo, apresentando-se e debatendo-se os resultados destas reuniões e dos grupos de trabalho, na estrutura participativa do **maia21**, o Conselho Municipal para o Desenvolvimento Sustentável.³

**O Grupo Coordenador,
Maia, 18 de Junho de 2010**

³ Sugestões apresentadas por Nuno Barros, em reunião prévia.

Anexos